

## **JOGOS DE GÊNERO EM NARRATIVAS DE MULHERES: RECONSTRUINDO VIVÊNCIAS NO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO CEARÁ**

Ana Rita Fonteles Duarte \*

**RESUMO:** O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi uma das principais organizações de resistência à ditadura militar brasileira. Criado em 1975, reuniu mulheres filiadas em núcleos espalhados por quase todos os estados do País. Em sua luta pela anistia aos presos políticos, volta dos banidos e exilados e respeito aos direitos humanos, usou intensamente de jogos de gênero como forma de intervenção política. No Ceará, o MFPA reuniu além de familiares, militantes políticas de orientações ideológicas diversas e pessoas sensibilizadas pela solidariedade. As narrativas das ex-integrantes, na atualidade, revelam a visão destas mulheres sobre ações políticas marcadas pelo gênero num processo de reconstrução das memórias permeado por revisões, conflitos e disputas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, mulheres, anistia

**ABSTRACT:** The Women's Movement for Amnesty (MFPA) was one of the main organizations of resistance to military dictatorship in Brazil. Created in 1975, brought together women affiliated centers scattered in almost all states of the country in their fight for amnesty for political prisoners, return of the banned and exiled and respect human rights, used heavily for games of gender as a political intervention. In Ceará, the gathered MFPA besides family members, political activists of various ideological orientations and persons sensitized by solidarity. The narratives of ex-members, at present, reveal the vision of these women on political actions marked by gender in the process of reconstruction of memories permeated by revisions, conflicts and disputes.

**KEY –WORDS:** Gender, women, amnesty

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluía-se, na lista, estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” de desestabilização da ordem. A segurança interna tinha-se como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças.

Como em outras “guerras totais”, as força promotoras da ditadura brasileira mobilizam pessoas para apoio à causa, pelas identidades de gênero, ainda antes da consumação do Golpe,

---

\* Este trabalho recompõe algumas das discussões realizadas em tese de doutorado recém-defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

em 31 de março de 1964, vide movimento de arregimentação de mães e donas de casa em manifestações públicas de repúdio ao governo João Goulart como as Marchas pela Família realizadas em vários estados brasileiros.

Esta é apenas uma face da questão gênero e ditadura. Como numa guerra, ao mesmo tempo em que se mobilizam ou reforçam comportamentos tradicionais, os enfrentamentos, o medo e as incertezas, diante de ordem autoritária, com regras cambiantes entre o permitido e o proibido, embaralham, como afirma CAPDEVILA (2007:9-21), o lugar de homens e mulheres, na sociedade, e influenciam as identidades de gênero, impondo dinâmica que favorece a transferência de papéis, movimentam linhas de atuação, e também proporciona a utilização dos chamados “jogos de gênero”, quando se utiliza os “eterno masculino e feminino” como instrumentos de intervenção e visibilidade política.

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), a partir de sua direção nacional, não restam dúvidas, utilizou-se largamente desse expediente, em sua atuação pública, com objetivos de garantir a segurança, em cenário de autoritarismo e perseguição; adquirir mais mobilidade de ação; atrair mais simpatizantes e não somente aqueles com interesses familiares na luta pela anistia. Assim, o Movimento, que se contrapôs à ditadura, fez isso com elementos do imaginário feminino aprovado e disseminado pelo regime militar: a mulher como defensora do lar e da família, interessada maior na “pacificação da família brasileira”, que age por amor, contrária a conflitos e rupturas. O registro do Movimento, a restrição à participação de homens, a negação de qualquer vínculo político-partidário são elementos do jogo.

Estratégias de visibilidade pública são marcadas por estereótipos identificados com o feminino, como a fala emocionada e o apelo, como revelado pela ex-presidenta nacional do Movimento: “As mulheres usam bastante a emoção para conseguirem convencer maridos e filhos do que querem. A gente usa as armas que tem”<sup>1</sup>.

Fazem parte ainda desse repertório, a instituição do calendário de atividades, com datas tradicionais, dia das mães e o natal, busca do apoio da Igreja, além da apropriação de simbologias militares na constituição do que se pode chamar de “provocações seguras”. É o caso da escolha da heroína baiana Maria Quitéria para nomear o jornal do Movimento e homenagens articuladas, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e

---

<sup>1</sup> ZERBINI, Therezinha Godoy de, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

Londrina, à memória de Duque de Caxias, militar que mais anistias teria concedido na história brasileira. Nessas ocasiões as mulheres depositavam flores sobre os monumentos<sup>2</sup>.

As estratégias abarcam toda a esfera de atuação do Movimento nacionalmente, com fiscalização e intervenção no cotidiano dos núcleos, o que era aceito em menor ou maior escala, passível de interpretações e reinterpretações, a depender do momento e dos objetivos. Foi assim no Ceará, onde o MFPA possuiu dois núcleos, um na capital Fortaleza e outro nas cidades vizinhas de Crateús e Tauá. O Movimento reuniu em seus quadros cerca de 30 mulheres em caráter mais permanente, das quais 16 foram entrevistadas e narraram, entre outros temas, a utilização do gênero em estratégias de intervenção política no que convencionamos chamar nesse trabalho de jogos de gênero<sup>3</sup>.

É importante frisar que narrativas sobre consciência na utilização dos jogos de gênero, do detalhamento do caráter estratégico das ações, de concordância ou não das entrevistadas, fazem-se hoje, marcadas por vivências posteriores. Isso não quer dizer que as narrativas, hoje, distorçam os fatos históricos, passíveis de leitura em outras fontes, mas que estas também devem ser analisadas.

É comum, na maior parte das entrevistas, a importância atribuída pelas ex-militantes à configuração do MFPA nacionalmente. O fato de o Movimento congregar, oficialmente, somente mulheres, agir publicamente dentro da lei, é visto como “estratégia” inteligente e conveniente para o momento político e como ação que agilizou a conquista da anistia e da abertura política. Mesmo entre os que discordavam de posturas da presidenta nacional, Therezinha Zerbini, a avaliação está presente, apontada como iniciativa de quem “conhecia bem” como pensavam os militares e tinha “intimidade” com as leis.

*A estrutura veio em nível nacional. Nosso estatuto era baseado no Movimento Feminino pela Anistia nacional. Esse legado tem de ser dado a Therezinha Zerbini. [...] Nós tínhamos um estatuto, ele estava agregado ao estatuto nacional, muito bem organizado, muito bem estruturado, até para que a repressão... Porque a Therezinha Zerbini é advogada. Então, ela fez de um jeito que a repressão... Nós tínhamos legitimidade, está entendendo? O estatuto dava legitimidade. E como tinha essa questão das mulheres, tinha um campo maior. É tanto que o CBA só veio depois, né? No Movimento, em São Paulo, eu tive várias reuniões, só tinha mulheres.<sup>4</sup>*

---

<sup>2</sup> María Quitéria, 1975, p.4.

<sup>3</sup> Os jogos de gênero definem-se como instrumento, à semelhança do jogo de xadrez, onde os atores políticos tentam intervir no espaço público. Apóiam-se na idéia de que os sentidos ou as dinâmicas iniciadas por crises podem induzir a redefinição das relações entre homens e mulheres, em quadro limitado, conduzindo ao ajustamento do masculino e feminino ou, às vezes, simples oscilação. CAPDEVILA (2001:105).

<sup>4</sup> CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifos meus.

No entanto, ao mesmo tempo em que há reconhecimento nacional, não há a mesma facilidade de admitir os jogos de gênero pelas militantes. A disputa entre memórias, pela fala sobre a ação política, observa-se novamente, no que concerne às identidades de gênero mobilizadas para a atuação no MFPA. Entre mulheres que se dizem mais politizadas, estratégias em que estereótipos femininos são tomados para agir politicamente parecem extemporâneos, “ingênuos” e limitados do ponto de vista político.

Os jogos, nessa perspectiva, são necessários, na medida que dão cobertura às ações “realmente” políticas, desencadeadas pelo grupo. Mas mesmo reconhecendo a “necessidade”, para integrantes não-familiares, não parecia fácil assumir determinadas posições, no momento. A discordância é manifestada, em diferentes níveis, não só pela restrição de objetivos defendida por familiares, mas condutas que possibilitavam atividades, como apelo emocionado a autoridades. Memória e reconhecimento do Movimento, na época e ainda hoje, são prejudicados pela utilização do gênero como instrumento de atuação na avaliação de ex-militantes:

*Era quase uma bandeira, no sentido de ser entendido como uma forma da gente se esconder, uma coisa de mulher no sentido mais pejorativo. Coisa de mulher, entende? Isso também me irritava: “Participando do movimento feminino?!” (ironiza). [...] Eu acho que sim (sobre haver discriminação ao Movimento por esse fato). No sentido de que era coisa de mulher, da família dos pobrezinhos. É como se perdesse um pouco do seu impacto político por isso. Claro que ali era o que era possível ser feito, era estratégia. Também acho que historicamente era o que se conseguia fazer, as mulheres é que ficavam em casa, os homens eram presos. Isso também me irritava. A gente repetia as mulheres de Atenas, só que elas ficavam em casa e a gente se organizava. Para mim isso também pesava.<sup>5</sup>*

Às familiares, a utilização “acrítica” dos jogos de gênero é atribuída em narrativas sobre o cotidiano do MFPA. A “estreiteza” de posicionamentos é contestada pelas narrativas de memórias em que um elemento adquire importância crucial para justificar suas ações: a consciência sobre a utilização de valores e imagens do “eterno feminino”.

As familiares, na maioria, diferenciam suas ações das de militantes “mais politizadas” valorizando atuações como “mais conseqüentes” e “desinteressadas”, movidas pelo “afeto”. Admitem que ter parente próximo preso ou perseguido é motivação maior para ingresso no Movimento, assumindo imagem femininas tradicional, mas, ao longo das narrativas, procuram dar mostras de plena consciência do que estavam fazendo, e de que agir invocando

---

<sup>5</sup> BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

sentimentos e valores ligados à maternidade, fragilidade, cuidado “natural” com a família, foi a melhor opção para “driblar” os agentes do regime e avançar na luta, sem comprometer ainda mais a segurança de parentes e delas mesmas. As ações “dramatizadas” são valorizadas como iniciativas políticas legítimas diante do quadro de forças instalado no cenário nacional. Os termos utilizados pelas narradoras reforçam esse caráter:

A gente precisava libertar os meninos e precisava fazer um movimento que confundisse a direita. A gente tinha que confundir a direita, dar um nó na cabeça da direita. (...) Era confundir assim: éramos mulheres que queriam tirar os presos da cadeia, mas que a gente queria isso nas nossas vidas, era tirar nossos filhos e nossos maridinhos da cadeia. Nós éramos mulheres que dependíamos deles. E isso confundia. Mas a nossa visão era outra. Isso confundia. Quem é que ia fazer alguma coisa contra um movimento de mulheres?<sup>6</sup>

A gente usava essa intuição feminina. Nós sabemos que é muito forte na mulher a maternidade, o bem pelo pai, pelo irmão, pelo filho. Então nós utilizávamos, mas usávamos também, pelo menos eu sentia assim, todas as nossas forças positivas. Então, eu não acho negativo (usar isso) para arrancá-lo de uma penitenciária. Aquela luta que a dona Lourdes fez com os filhos dela, para mim aquilo é um ato de coragem que só uma mãe é capaz de fazer. E a mãe é para ser assim mesmo. Acho que a mãe, no sentido profundo da palavra, é isso aí, é apelar para essas razões humanas que são fortíssimas. A razão da maternidade, assim como a gente apelava para os pais também. Mais a gente apelava mais para as mulheres, porque nós sabemos também a importância que a mulher tem na família, que ela é realmente como um sol e os outros são os satélites em torno dela. Isso aí é muito forte. Usamos mesmo isso aí, fizemos muito. Mas eu acho correto, viu? Não acho errado não.<sup>7</sup>

A visão dos jogos, como possível de serem considerados erros, no depoimento, talvez explique manifestações diferenciadas, com significado semelhante, no mesmo grupo. Em entrevistas de ex-militantes familiares, a questão é ambígua. Narrativas espontâneas, recuperam claramente momentos em que as identidades de gênero são utilizadas como proteção ou imposição de demandas de parentes presos: levar filhos de colo às visitas a maridos sabidamente torturados como forma de acesso ao preso, promover aniversários e festas de confraternização natalina, o que atrai visitantes e jornalistas. Mas, quando objetivamente questionadas sobre as estratégias, tendem a negar sua utilização, atribuindo-lhes carga pejorativa:

*Posso até ter feito, mas não conscientemente. Porque quando a gente ia buscar as coisas, a gente ia em nome do Movimento mesmo. A gente não se botava na posição de coitadinha não. Porque isso acaba sendo uma posição de coitadinha, não é? Tem até um poema muito bonito sobre as mães dos presos. É bellissimo esse poema. Mas eu não tenho, nunca tive, nunca gostei de ninguém olhar pra mim com essa posição, tu estás entendendo? Porque de fato não é. Inclusive toda vida eu lutei, eu trabalhava. Eu passei a trabalhar mais até depois que ele saiu. Não foi nem quando*

---

<sup>6</sup> GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

<sup>7</sup> LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

*ele estava lá. Depois em 1980, quando eu arranjei o contrato do Estado, passei a trabalhar os três expedientes. Passei a ter outras responsabilidades que era manter uma casa, porque até então eu morava com a minha família. Eu trabalhava para me manter, pros meus filhos, pra ter alguma coisa para levar para ele, me manter, manter uma família, uma casa. Pagar casa, luz, água, essa coisas todas (...) Então essa posição de sofredora eu nunca gostei de ter. Não é meu estilo não. Porque eu acho que você tem que enfrentar. Lógico, eu não vou dizer que a gente não sofria, não tô negando isso, está entendendo?*<sup>8</sup>

*Conscientemente não se utilizava não. Agora, por exemplo, a gente fazia uma vigília e só queria que fosse mulher. Não podia entrar homem pra poder não dar na vista. A gente se organizava do ponto de vista do alibi, da tática. Era uma tática. Não que as pessoas eram inocentes. Tinha as inocentes. Por exemplo, a mãe do Teodoro, sei lá como era o nome do rapaz que morreu na guerrilha, que era colega da gente, secundarista do Liceu. Ela ia puramente, porque não sabia nem o que estava acontecendo. A pobrezinha ia morrendo de medo para aquelas reuniões, mas ela ia porque achava que o filho dela ia voltar, como não voltou até hoje. Ele morreu na guerrilha e ela já morreu também. Eu estou falando assim: as pessoas iam. Certas pessoas. A dona Lourdes Ferreira era esposa do seu Ferreira, a Ana do Cândido. As mulheres fora do Movimento poderiam pensar que aquelas mulheres do Movimento Feminino estavam por uma questão familiar e emocional, simplesmente, e não era. Podia até ser, porque eu não sei o que está na cabeça daquela.*<sup>9</sup>

As narrativas não devem ser tidas apenas como elementos de medir o uso dos “jogos de gênero” pelas integrantes do Movimento Feminino pela Anistia, ou classificar as militantes de acordo com a ação. É certo que os jogos foram importantes na constituição e atuação, não se restringindo a um ou outro grupo. Atestar maior ou menor grau de consciência de sua utilização é tarefa impossível, pois além de falarmos de um passado que só conhecemos no presente, que não podemos verificar pela observação ou experimentação - estando, como afirma LOWENTHAL (1998:17), além de nosso alcance - estamos também tratando da memória como construtora de identidade e alteridade.

A memória permite ao indivíduo tomar consciência de si mesmo através dos tempos,<sup>10</sup> e, como atividade de reconstrução do passado, lembra CATROGA (2001:17-18), ocorre dentro de linhas ou fronteiras determinadas pelas recordações de outros, sujeita constantemente a processos de renovação do que se adquiriu, especialmente, para o que se propõe analisar, revela como cada um revê o passado para justificar a vida como projeto. Ressalte-se que motivações externas, como história oral, por vezes desencadeiam processo de reordenamento, releitura de vestígios e de reconstrução da identidade<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

<sup>9</sup> ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

<sup>10</sup> Ibidem, p.75.

<sup>11</sup> Cf. NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. História Oral, n.3, junho de 2000, p.109 a 115 e LOWENTHAL, David. Op. Cit, p. 83.

Mais que atestar a fidedignidade de opiniões de ex-militantes, cabe compreensão do significado dos jogos de gênero serem, hoje, justificados como ação consciente ou rejeitados nas narrativas. A que demandas por identidade e projetos, as memórias atendem hoje?

Elementos podem ser pensados em resposta à questão. O primeiro diz respeito à tentativa individual de mulheres de recuperação do protagonismo na luta pela anistia que a memória coletiva, hoje, não contempla, pois há controle de produção da memória pelos homens, com destaque para narrativas ou imagens dos que combateram diretamente a ditadura, punidos com prisões, torturas, mortes ou exílio.

A memória da anistia é preponderantemente masculina, com ênfase nas ações dos Comitês Brasileiros pela Anistia. As mulheres não estão fora do cenário, mas aparecem como “abre-alas”, pelo MFPA, homenageadas pelos papéis femininos naturalizados em solenidades e atos públicos. Assumir o controle sobre os atos, em quem age conscientemente, valoriza “estratégias”, habilidades e poder de negociação, mesmo não tendo vivências ou preocupações políticas anteriores à experiência do MFPA.

O segundo item diz respeito ao caráter do MFPA como acontecimento produtor de gênero<sup>12</sup>, no passado e no presente. A experiência singular de mulheres de diferentes origens, idades, classes, graus de instrução e engajamento político, pela conquista da anistia, gera conflitos, negociações, solidariedades, amizades e ressentimentos com repercussões até hoje. Nessas ações colocam-se em disputa, além da ação política, imagens ou idéias sobre “ser mulher”, associadas a como “ser militante”, “ser de esquerda”, “ser de luta”.

As representações mudaram ao longo do tempo, incorporando dados de transformação social que, nas relações de gênero e deslocamentos do feminino, foram importantes, relacionadas ao movimento feminista e desdobramentos, como a crise da família nuclear, ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho, separação entre sexualidade e reprodução e política da visibilidade da homossexualidade<sup>13</sup>. Liberdade, independência econômica e a participação social valorizam-se na representação da “mulher moderna”, mesmo sem corresponder a mudanças efetivas ou radicais no plano real<sup>14</sup>. Ser retratada como

---

<sup>12</sup> A categoria gênero utilizada nas análises históricas permite aos pesquisadores focalizar as relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres, verificando como em diversos momentos do passado, alguns eventos ou acontecimentos foram produtores de gênero. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História: São Paulo, v.24, nº 1, p.77-98, 2005.

<sup>13</sup> Cf. ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis. Vol. 11, n 2, 2003, p.399-421.

<sup>14</sup> Cf. FIGUEIRA, Sérvulo (org). Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 6.

frágil, manipulada, sem consciência política, dependente do marido, nesse contexto, não é nada interessante para a construção de sua imagem pela memória.

As entrevistas mostram, que, mesmo as mulheres educadas sob valores tradicionais vivenciam mudanças diretamente relacionadas à independência econômica e à maior escolarização, posto que a maioria tem curso universitário e trabalha fora, muitas vezes, responsável pela manutenção das famílias antes e depois da libertação dos parentes.

O temor de posição desfavorável, na disputa pela memória do Movimento, também é um dado a ser considerado, na compreensão da rejeição/justificação. Mesmo admitindo que o Movimento facilita estréia na política e contato com linguagens e procedimentos desconhecidos, mediados pela afetividade e interesse pessoal, as familiares não querem ser vistas como militantes menos atuantes que aquelas que se consideram “mais politizadas” e, de alguma forma, ainda presentes na política, têm mais possibilidades de retratar trajetórias e expor suas memórias.

Por outro lado, os movimentos de esquerda, nos quais as militantes do MFPA “mais politizadas” estavam engajadas, na segunda metade da década de 70, tinham visões extremamente estigmatizantes dos movimentos feministas, relacionando-os com idéias importadas, “apanágio de burguesas sexualmente frustradas ou lésbicas raivosas”, como detecta GOLDBERG (1987:100). É importante lembrar que, por vezes, o MFPA se relaciona com o movimento feminista, pela criação em 1975, após a conferência da ONU, que lança o Ano Internacional da Mulher, ou por sua ligação com a equipe do jornal Brasil Mulher, pela restrição à participação feminina ou pelo fato de o Estatuto estabelecer como fim:

*Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro de ideais democráticos<sup>15</sup>*

O desvencilhamento do rótulo de feminista e fortalecimento como militantes de esquerda, para ex-integrantes, são necessários, na medida em que a figura do militante ainda é ligada a valores como valentia, virilidade, coragem, firmeza, sentimentos que não combinavam com o discurso afetivo de esposas, mães e irmãs pela libertação de parentes.

---

<sup>15</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia. 15 de março de 1976. São Paulo. Arquivo Therezinha Zerbini, p.1. Este tipo de discurso assemelha-se bastante aos elaborados pelas feministas da chamada “primeira onda”, nos anos 20, no Brasil, unidas pela conquista de direitos civis e políticos materializados na campanha pelo voto.

As tentativas, por seu caráter memorialístico, são feitas pela construção seletiva do passado em que se constrói projeto autobiográfico, marcado pela coerência existencial. Nessa seleção, estão esquecimentos, omissões, criações e recriações cheias de significados. Levando em consideração, como LOWENTHAL (1998:98), que a memória transforma o passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas indesejáveis e privilegiando as desejáveis, é possível analisar, pelas memórias das ex-militantes do MFPA, os significados do que se lembra ou se esquece quando o que está em jogo é o gênero.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis. Vol. 11, n 2, 2003, p.399-421.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.

\_\_\_\_\_. O gênero da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte, v.9, n. 14, 2007 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 9-21.

CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

FIGUEIRA, Sérvulo (org). Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 6.

GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. PUC. São Paulo: Educ/Fapesp, nº 17, nov. 1998.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. História Oral, n.3, junho de 2000, p.109 a 115.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História: São Paulo, v.24, nº 1, p.77-98, 2005.

WOLFF, Cristina Sheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.